

# TERCEIRO SETOR

---



Assembléia Legislativa  
de São Paulo



**SEADE**  
Fundação Sistema  
Estadual de Análise  
de Dados



GOVERNO DO ESTADO  
DE SÃO PAULO



Presidente  
Deputado Vanderlei Macris  
Vice-Presidente  
Deputado Sidney Beraldo  
Relator Geral  
Deputado Arnaldo Jardim

GRUPO TEMÁTICO	DEPUTADOS
Cidadão do Século XXI	Alberto Calvo • Luiz Carlos Gondim
Cidadania	Claury Alves da Silva • Dimas Ramalho
Educação	César Callegari • Edson Aparecido
Saúde	Pedro Tobias • Roberto Gouveia
Habitação e Desenvolvimento Urbano	Caldini Crespo • Paulo Teixeira
Cultura, Esportes e Lazer	Hamilton Pereira • Paschoal Thomeu
Segurança	Carlos Sampaio • Zuza Abdul Massih
Terceiro Setor	Geraldo Vinholi • Newton Brandão
Trabalho e Emprego	Jamil Murad • Vanderlei Siraque
Agricultura e Agronegócios	Aldo Demarchi • Duarte Nogueira
Indústria	José Rezende • Jorge Caruso
Turismo e Serviços	Nabi Abi Chedid • Paulo Julião
Ciência, Tecnologia e Comunicações	Carlos Zarattini • Edmur Mesquita
Transportes e Energia	Edir Sales • Sidney Beraldo
Recursos Naturais e Meio Ambiente	Jilmar Tatto • Rodolfo Costa e Silva
Reforma do Estado	Maria Lúcia Prandi • Pedro Mori



Mário Covas  
**Governador do Estado**  
Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho  
**Vice-Governador**  
André Franco Montoro Filho  
**Secretário de Economia e Planejamento**

## SEADE

**Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**

Pedro Paulo Martoni Branco

**Diretor Executivo**

Amara Angrisano

**Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro**

Felicia Reicher Madeira

**Diretor Adjunto de Análise Socioeconômica**

Luiz Henrique Proença Soares

**Diretor Adjunto de Produção de Dados**

**Conselho de Curadores**

Adroaldo Moura da Silva (Presidente)

Ana Maria Alonso Ferreira Bianchi

Antonio Márcio Fernandes Costa

Carlos Antonio Luque

Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

Hélio Nogueira da Cruz

Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Maria Fátima Pacheco Jordão

Michael Zeitlin

**Conselho Fiscal**

Caioce Ishiquirama

Daniela Micioni

Sandra Lucia Fernandes Marinho

## O TERCEIRO SETOR E OS DESAFIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA O SÉCULO XXI

### O Cenário da Globalização

Durante este século, as despesas públicas e privadas de consumo ampliaram-se muito. Em 1998, estas atingiram a cifra de 24 trilhões de dólares; em 1975, eram a metade deste valor; em 1950, eram seis vezes menores; e em 1900 eram 16 vezes menores.

Mesmo nos países do Sul houve melhorias significativas na qualidade de vida dos povos. Uma criança nasce hoje com uma esperança de vida 16 anos maior do que se nascesse em 1965. De 1970 a 1992, praticamente dobrou a taxa de escolarização feminina no ensino primário e secundário, passando de 38% para 68%. A alfabetização dos adultos evoluiu de 48%, em 1970, para 70%, em 1995. Nestes últimos 15 anos, 2 bilhões de pessoas passaram a ter acesso à água potável.

Entretanto, como aqui no Brasil, a marca da desigualdade crescente desafia o modelo de desenvolvimento, que é acelerado nas últimas décadas pelo desenvolvimento tecnológico e pelo neoliberalismo. Hoje, 20% dos seres humanos que vivem nos países mais ricos consomem 86% dos bens produzidos pela humanidade. Os 20% que vivem nos países mais pobres não consomem mais do que 1,3% do total. E o mais importante a observar foi a acelerada tendência à concentração da renda e aumento da pobreza verificada nas últimas décadas. Em 1960 a diferença de renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres era de 30 para 1, atingindo a proporção de 82 para 1, em 1995.

Pode-se caracterizar uma verdadeira regressão na qualidade de vida das maiorias, notadamente no Sul, mas também nos países do Norte. Abandonando os critérios de renda média e utilizando-se uma metodologia que revela as desigualdades no interior de cada país, o PNUD pôde demonstrar que nos países industrializados existem hoje mais de 100 milhões de pessoas em situação de pobreza e com grandes problemas de moradia. A porcentagem de pobres varia de 7% a 17% da população total nestes países.

A tendência ao crescimento da pobreza e da exclusão apresenta-se com toda a força e intensidade nos países do Sul, que se tornaram cada vez mais dependentes e vulneráveis à dinâmica do mercado global, à mobilidade especulativa do capital financeiro, à atuação das empresas transnacionais, ao protecionismo imposto pelos países mais industrializados às suas indústrias e ao seu mercado.

De fato, o que os dados revelam é que não se trata mais de um desenvolvimento menos acelerado nos países do Sul. O que está ocorrendo nos últimos 30 anos é uma regressão econômica que afeta significativamente a qualidade de vida de grande parte da sua população. Na África, por exemplo, o consumo de uma família hoje é 20% menor que 25 anos atrás. Mais de 100 países dentre aqueles considerados subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento apresentaram uma queda na sua renda per capita no curso dos últimos 30 anos. Nada menos que 3

bilhões de pessoas, das 4,4 bilhões que habitam esta região do planeta, vivem hoje com menos de US\$ 2,00 por dia, valor considerado, pelas Nações Unidas, como o mínimo para a sobrevivência. A população analfabeta<sup>1</sup> correspondia a 1 bilhão de pessoas.

A situação mundial hoje é controlada pelos “agentes do mercado”, isto é, pelo capital financeiro, que pelo rápido processo de fusões da última década concentrou enormemente seu poder, e por cerca de 600 empresas transnacionais que comandam 25% da economia mundial e 90% do processo de inovação tecnológica.<sup>2</sup> Os países do G7, liderados pelos Estados Unidos, comandam politicamente esta hegemonia e se utilizam também dos organismos internacionais, como o FMI, a OMC, o Banco Mundial, para ditar as regras assimétricas das relações de mercado.

Toda essa atividade econômica concentra-se cada vez mais no circuito EUA-Japão-Comunidade Econômica Européia, economias que juntas somam um PIB de cerca de 17 trilhões de dólares. “Os chamados países em desenvolvimento recebem relativamente cada vez menos investimentos diretos do exterior, nesse cenário de liberdade absoluta de escolha para o capital financeiro e grandes transnacionais. A maioria dos países em desenvolvimento já está praticamente excluída desse processo. Em 1994, 79% do total de investimentos externos em países em desenvolvimento foram para apenas 10 países. Na América Latina o acesso a estes investimentos está condicionado ao avanço das reformas liberalizantes”.<sup>3</sup>

Estas reformas, cujo receituário tem sido imposto pelo FMI e convencionou-se a chamar de “Consenso de Washington”, preconizam o fim de qualquer barreira protecionista por parte de países em desenvolvimento, isto é, o fim da defesa promovida pelo Estado dos mercados e das indústrias nacionais; a privatização das empresas públicas, ou seja, a transferência para o grande capital do controle da energia, das telecomunicações, dos transportes, da indústria de base, entre outras áreas. Também preconizam a flexibilização do trabalho, que quer dizer a eliminação das relações contratuais e a destituição para o trabalhador de seus direitos trabalhistas e previdenciários. Propõem a transferência para o mercado de serviços públicos como a atenção à saúde, o que corresponde à redução da cobertura das políticas sociais, passando a estar acessível somente para aqueles que podem pagar pelo atendimento. O “Consenso de Washington” ataca frontalmente o modelo do Estado de Bem-Estar Social nos países em que este foi construído e atua pela redução dos serviços nos países do Sul, acumulando demandas e carências sociais.

“Construído após a grande crise do capitalismo financeiro dos anos 1929-1932 e a Segunda Guerra Mundial, o Estado de Bem-Estar Social foi o resultado das lutas sociais do século XIX e da primeira metade do século XX. Ele representou um compromisso entre as forças do capital e as forças do trabalho, permitindo uma alocação dos recursos disponíveis e uma redistribuição dos ganhos de produtividade mais justa e mais solidária que anteriormente. Por essa razão o período entre 1945 e 1975 apresentou uma diminuição das desigualdades de renda entre os indivíduos e uma elevação geral do nível de vida em todos os países ocidentais.

Com a redução da taxa de lucro do capital no final dos anos 60, redução em parte atribuída aos efeitos redistributivos em favor dos rendimentos do trabalho, o Estado de Bem-Estar Social começa a ser alvo de duras críticas: de ser incompetente para enfrentar o crescimento do déficit público, de

1. PNUD. Relatório Mundial Sobre o Desenvolvimento Humano. Econômica. Paris, 1998. VIDAL, Dominique. “Dans le Sud, développement ou régression?” *Le Monde Diplomatique*; octobre 1998, p.26.

2. DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998, p.31.

3. MERCADANTE, Aloizio. “Globalização e subdesenvolvimento”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 06/04/97.

intervir indevidamente na economia, de corrupção, ineficácia, de sustentar programas sociais que promovem a acomodação dos indivíduos”<sup>4</sup>.

Para eliminar ou reduzir as regulações democráticas construídas no último século, o Estado transforma-se num Estado Mínimo. Mínimo no que diz respeito à defesa dos interesses coletivos, do interesse geral, mas que atua fortemente em defesa dos interesses do mercado, especialmente do capital financeiro.

“O Estado fraco, que emerge do Consenso de Washington, só é fraco ao nível das estratégias de hegemonia e de confiança. Ao nível da estratégia de acumulação é mais forte do que nunca, na medida em que passa a competir ao Estado gerir e legitimar no espaço nacional as exigências do capitalismo global.”<sup>5</sup>

De uma economia de mercado que antes era regulada pela ação do Estado com o propósito de garantir uma cobertura das demandas sociais, reconhecidas como direitos por força das mobilizações da sociedade civil, passamos a uma sociedade de mercado, hobbesiana, em que as regras de convivência social são ditadas pela disputa entre os mais fortes e os mais fracos. Essa situação afeta profundamente as possibilidades de desenvolvimento do país, já que a globalização coloca em disputa as grandes transnacionais, que faturam dezenas de bilhões de dólares ao ano e grupos econômicos nacionais cujo faturamento, mesmo no caso dos mais fortes, não ultrapassa 2 bilhões de dólares por ano. Para sua própria sobrevivência, estes grupos nacionais são obrigados a se associarem às transnacionais e, com isso, desnacionalizam os seus centros de poder.

É expressiva desta crescente dependência dos centros internacionais de poder a evolução da dívida do Terceiro Mundo, ou melhor dizendo, dos países periféricos do capitalismo: em 1970 esta dívida somava US\$ 270 milhões, em 1998 atingia US\$ 2,2 trilhões, um crescimento de 8% anuais, enquanto estas economias não cresceram mais que 3% ao ano, em média.<sup>6</sup>

A ação dos Estados nacionais debilita-se e perde a capacidade de atuar como indutor do desenvolvimento e os comandos políticos ultrapassam as fronteiras nacionais. Neste cenário, a questão social é transferida para os governos locais e para as instituições da sociedade civil. Como nem os governos locais, nem a sociedade civil estão dotados de recursos e capacidades para fazer frente a este desafio, a tensão social e a violência crescem e passam a ameaçar a estabilidade política. As crises financeiras sucessivas que tiveram início na Ásia e depois estenderam-se pelo planeta soaram o sinal de alarme.

James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, já em 1998, em um discurso para os governadores do banco, e agora em recente entrevista na revista *Veja*, alerta para a necessidade de se combater a pobreza e a desagregação do tecido social nos países em desenvolvimento para se garantir a estabilidade política e se buscar evitar rupturas institucionais. “Há cada vez mais empresários e banqueiros participando de atividades sociais. Eles estão sendo forçados a isso pelo aumento da criminalidade e da insegurança nas ruas (...) A curto prazo você pode manter a desigualdade. Mas a longo prazo não dá para ter uma sociedade estável”<sup>7</sup>.

De fato, a questão social se inscreve cada vez com maior força na agenda de amplos setores da sociedade civil, através de bandeiras como a redução das desigualdades sociais, o investimen-

4. PETRELLA, Ricardo. “La dépossession de L’Etat”. *Le Monde Diplomatique*, agosto de 1999, p.03.

5. SANTOS, Boaventura de Sousa. “A reinvenção solidária e participativa do Estado”. Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado. São Paulo, Ministério da Reforma do Estado, 1998.

6. MORAES, Antonio Ermírio de. “Para ser lido em 2020”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 5 de dezembro de 1999, p.2.

7. Entrevista com James Wolfensohn, *Veja*, 1º de dezembro de 1999, p.11-13.

to em educação, a criação de oportunidades de desenvolvimento para as pessoas mais pobres. Segundo Milú Villela, empresária e presidente do Centro de Voluntariado de São Paulo, “o caminho para um Brasil melhor passa pela crença de que cada um de nós tem um papel a cumprir nos processos de promoção da cidadania.”<sup>8</sup>

No cerne de todo esse processo de fusões e construção do mercado global está a enorme revolução tecnológica atual, com seu extraordinário aumento de produtividade e uma crescente exigência de qualificação profissional que dispensa cada vez mais mão-de-obra, especialmente a menos qualificada, promovendo a exclusão de milhões de trabalhadores de seus empregos, que se vêem deslocados para o mercado informal, compelidos a se aproximarem da fronteira da ilegalidade. Nada menos que 40% da população economicamente ativa do planeta – 1,2 bilhão de pessoas – encontra-se em situação de desemprego ou subemprego.

A concentração do poder econômico, seja no internacional, seja no nacional, ao lado da fragilização do papel regulador do Estado, compromete profundamente tanto os mecanismos de representação política e de intervenção no espaço público por parte da cidadania quanto a democracia em escala planetária, aponta para a possibilidade de rupturas na ordem institucional e coloca em cheque o domínio das elites locais. Exemplos, como a situação na Colômbia, o movimento indígena de Chiapas, no México, o nosso Movimento dos Sem-Terra, o que vem ocorrendo após a eleição de Chávez na Venezuela, para ficar na América Latina, são indicadores da necessidade de construção de uma nova ordem institucional.

É evidente que as instituições não acompanharam nem a dinâmica, nem a velocidade dos processos de mudança social ocorridos nas últimas décadas. Essa situação coloca como prioritário na agenda pública temas como a reforma do Estado, a mobilização da sociedade civil, a negociação de um novo pacto social que determine o mínimo denominador comum de cidadania, o reconhecimento de direitos humanos e sociais a serem garantidos para todos os integrantes da sociedade.

O desafio torna-se ainda maior em face da crise dos paradigmas de desenvolvimento, sejam estes os do Estado Providência ou os do socialismo. Neste período em que a temática da mudança social cede lugar à elaboração de políticas pontuais, focalizadas, compensatórias, que são claramente insuficientes e dirigidas apenas aos grupos mais pauperizados da sociedade, surgem várias teorias que procuram equacionar a questão social. O tema da governabilidade ganha proeminência sobre o da mudança social, atestando a centralidade da questão da garantia da coesão social e da legitimidade dos governos.

Nesse contexto surge a teoria do Terceiro Setor, que, produzida inicialmente por economistas nos Estados Unidos, assume como axiomas a hegemonia das leis de mercado, a incapacidade do Estado de atuar como regulador do pacto social e a necessidade de uma ação social eficaz, capaz de enfrentar os crescentes problemas sociais junto aos setores da sociedade mais penalizados por este novo modelo de concentração acelerada do capital e da renda.

Essa teoria transfere a responsabilidade pela garantia da coesão social para as empresas e as entidades sem fins lucrativos que, em aliança, teriam o papel de amenizar os efeitos socialmente perversos da lógica do mercado. Jeremy Rifkin, um de seus principais teóricos, diz claramente

8. VILLELA, Milú. “A força do terceiro setor”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 09/12/99; p.3.

que “o governo está começando a desaparecer da vida das comunidades, seu papel é cada vez menos importante, está passando a delegar verbas e programas (...) e a responsabilidade da vida cívica passará a ser cada vez mais do Terceiro Setor, do setor não-governamental.” E lança um alerta: “se essas questões não forem examinadas agora, será praticamente impossível tratar delas daqui a dez anos; vozes da raiva, do desespero e do ressentimento serão tão fortes que unicamente as ideologias políticas extremas terão êxito”.<sup>9</sup>

Essa teoria recente tem sido assimilada sem grandes discussões e possui o mérito de reafirmar a importância da sociedade civil na estruturação de uma ordem social, bem como de colocar a necessidade imperiosa de reforma das atuais instituições. Porém, seja pela falta de sustentação social, seja porque defende o *status quo*, essa teoria não tem a força de questionar a atual lógica do poder.

Um de seus principais axiomas é a separação estanque entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, responsabilizando a sociedade civil pela questão social. Ao classificar a sociedade nestes três setores estanques, esta teoria suprime o espaço da política, da discussão da *Pólis*, das relações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, bem como a possibilidade da invenção democrática, de um novo pacto de regulação social.

Para identificar a contradição entre sua missão e sua capacidade efetiva de cumpri-la, basta dizer que, mesmo nos países centrais do capitalismo, o financiamento do chamado Terceiro Setor é feito, majoritariamente com fundos públicos, com dinheiro dos impostos, com o financiamento do Estado. Nos Estados Unidos, na França e na Alemanha, o financiamento público supera 50% do total gasto no Terceiro Setor em atividades sem fins lucrativos.

É bom lembrar, no entanto, que muitos dos elementos atribuídos ao Terceiro Setor têm outras origens históricas e muitas vezes são mais antigos do que esta nova teoria, não expressando nada de inovador no processo social. As Santas Casas de Misericórdia chegaram ao Brasil junto com as caravelas dos portugueses. Na Alemanha, por exemplo, o princípio da subsidiariedade é o que impulsiona, há décadas, o repasse de recursos públicos para entidades da sociedade civil. Quer dizer que a primeira instância a ser apoiada na resolução dos problemas sociais é a família, a segunda corresponde à comunidade, e assim sucessivamente, até o último elo desta cadeia, que é o Estado.<sup>10</sup>

Uma pesquisa recente, realizada em sete países (EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Hungria e Japão), deixa claro que “as doações caritativas estão longe de representar a fonte principal de apoio ao Terceiro Setor nos sete países examinados. Não é sequer a segunda. A fonte principal de apoio são as taxas e os encargos sobre serviços, que representam 47% da renda do Terceiro Setor nesses países. A segunda mais importante fonte de apoio é o governo, que entra com 43%. As doações de particulares, de indivíduos, fundações e empresas, ao contrário, não passam de 10%”.<sup>11</sup> A significativa parcela que corresponde às taxas e encargos sobre serviços, na verdade, expressam a precarização das relações de trabalho e a terceirização de serviços que integram o conjunto das políticas públicas.

9. RIFKIN, Jeremy. “Identidade e natureza do Terceiro Setor”. *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo, Ed. Paz e Terra; 1997, p.20-23.

10. Wolfgang Kaiser, responsável pelo Brasil na EZE, agência alemã de apoio ao desenvolvimento, em depoimento para o autor.

11. SALAMON, Lester. “Estratégias para o fortalecimento do 3º Setor”. *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo, Ed. Paz e Terra; 1997, p.99.

Se a liberdade de ação das empresas no mercado é intocável e o Estado deve abdicar do seu papel de promotor do pacto social, cabe então à sociedade civil mobilizar-se para amenizar as seqüelas sociais provocadas pelo processo de dualização de nossas sociedades (a produção de ilhas de excelência cercadas por um mar de pobreza) e pela crescente expulsão da força de trabalho das atividades produtivas.

Desta perspectiva, a estratégia é atender minimamente aos grupos sociais mais pauperizados com programas de corte keynesiano, como os da renda mínima, segurança alimentar, buscando garantir com isso a ordem instituída, as formas de regulação social que se mantenham favoráveis ao padrão de acumulação vigente. A proposição é o desenvolvimento de ações solidárias e políticas sociais compensatórias, que atuem de maneira pontual e focalizada junto aos grupos que apresentem maior vulnerabilidade aos efeitos sociais perversos da lógica do mercado.

É importante observar que esta não é a única teoria que se propõe a enfrentar a crise do Estado e a necessidade das reformas institucionais requeridas pelo avanço da revolução tecnológica e do desemprego no mundo. A riqueza do debate quanto às alternativas de produção de uma nova ordem social e econômica capaz de enfrentar os desafios deste fim de século está justamente na possibilidade de acolher as mais distintas contribuições para desenhar, de forma autônoma, a partir do debate e do confronto de propostas no espaço público, uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil na busca da renovação e do fortalecimento democrático de nossas instituições, na perspectiva da superação da pobreza, da busca da equidade e do fortalecimento da cidadania.

Ao se tomar por referência a teoria do desenvolvimento humano e sustentável expressa por Amartya Sen, especialista sênior do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Prêmio Nobel de economia de 1998, observa-se que ela parte de outro referencial. Segundo sua visão, o desenvolvimento humano e sustentável depende da construção de uma nova ordem institucional capaz de subordinar a lógica do mercado à regulação do interesse público. Para isso, é preciso revigorar e aprofundar os mecanismos democráticos de controle social sobre o conjunto das atividades sociais, aí incluídas a economia e a ação do Estado.

Trata-se de uma outra proposta de Reforma do Estado, cujo objetivo não é a maximização dos lucros do grande capital, mas a melhoria da qualidade de vida da população. Em sua perspectiva, a sociedade deve orientar todas as suas atividades, inclusive de sua economia, tendo por objetivo o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas. Essa teoria também propõe uma redefinição dos papéis do Estado e da sociedade civil e uma parceria crescente entre estas partes, mas de uma perspectiva de recuperação e ampliação do espaço da política, da participação cidadã.

Essas e outras teorias surgem como tentativas de resposta às exigências da realidade. Muito experimentos têm sido feitos, sendo que a maior parte destes em âmbito local, para reorientar a ação do Estado para a defesa do interesse público. Processos em que a participação da cidadania torna-se condição para garantir a legitimidade e a governabilidade do projeto de sociedade e do projeto de governo. Essas experiências, pela sua novidade histórica, ainda não geraram um processo de elaboração teórica capaz de dar um sentido mais geral a estas mudanças nas relações sociais e com o Estado, mas guardam muitos ensinamentos e podem ser uma referência importante para o redesenho democrático das relações do Estado com a sociedade civil.

Frente a estas e outras contribuições que interpretam o cenário da globalização e o significado da emergência do Terceiro Setor, do papel que cabe à sociedade civil, pode-se dizer que o Terceiro Setor é ainda um espaço indefinido, em que se dá uma crescente disputa de significados, em que se confrontam projetos de organização social ainda pouco delineados, mas que, grosso modo, podem ser identificados em dois campos.

Na lógica mercantil que hoje predomina, o papel do Terceiro Setor é o de promover o alívio da pobreza e de suas seqüelas, mas, dentro deste escopo, seu alcance é tão limitado quanto são os recursos destinados a esta tarefa.

Na lógica da defesa da qualidade de vida, da ampliação da democracia e da cidadania, o Terceiro Setor tem o papel de politizar as questões sociais e participar ativamente do redesenho do Estado e das políticas públicas. Nos dois casos, a força do Terceiro Setor reside na capacidade de mobilização dos cidadãos e da sociedade civil organizada, na força e legitimidade de suas instituições, na afirmação de uma sociedade solidária, em que possam estar articulados em alianças distintos atores sociais que se mobilizam conjuntamente em defesa do interesse público.

### O que é o Terceiro Setor?

O Terceiro Setor é um conceito muito abrangente e difuso, que procura agrupar uma grande variedade de instituições da sociedade civil que se constituíram com objetivos e estratégias distintas. O elemento de identidade é o fato de serem sem fins lucrativos, não se pautando, portanto, pelas leis mercantis, e de se caracterizarem pela promoção de interesses coletivos.

Rubem César Fernandes, antropólogo e secretário executivo do Iser e do Viva Rio, define o Terceiro Setor como “composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia, do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.”<sup>12</sup>

Vale dizer que existe uma trajetória histórica, nacional e internacional, um acúmulo de experiências que reconhece a importância crescente da ação de entidades privadas porém com interesses públicos. A construção conceitual do Terceiro Setor só foi possível a partir do reconhecimento da importância do trabalho das ONGs pela sociedade globalizada, fenômeno que se afirma com toda a sua intensidade a partir dos anos 80 e que ganha escala e importância mundial na década de 90, quando as Nações Unidas promovem uma sucessão de Cúpulas Sociais para construir uma agenda social global. As manifestações que ocorreram há pouco, em Seattle, quando da reunião da OMC, e sua repercussão junto aos governos e à opinião pública atestam a importância e a legitimidade das ONGs enquanto atores que se orientam em defesa do interesse público e da cidadania.

Esta vitalidade de novas instituições da sociedade civil, aliada ao enfraquecimento das representações sindicais e à crise de legitimidade dos partidos políticos, traz para o centro das atenções movimentos sociais portadores de uma nova proposta de padrão civilizatório. A preservação do meio

12. FERNANDES, Rubem César. “O que é o Terceiro Setor?” *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo, Ed. Paz e Terra; 1997, p.27.

ambiente, a busca da equidade no tratamento das questões de gênero, o combate às discriminações étnicas, religiosas e culturais e a inclusão social ganham espaço na agenda política pelo esforço e atuação destas entidades. Esses movimentos sociais – novos e velhos em suas tradições – contribuem para a construção de novos espaços públicos, de uma nova institucionalidade que amplia a participação democrática e que dão a possibilidade, por exemplo, de aproximação entre ONGs e instituições filantrópicas e caritativas, que passam a ressignificar o seu trabalho e orientar-se para atuar também na formulação de novos direitos e novas políticas públicas.

Ruth Cardoso reconhece e qualifica esse processo. “Tenho a convicção de que o conceito de Terceiro Setor descreve um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social. Sua afirmação tem o grande mérito de romper a dicotomia entre público e privado, na qual público era sinônimo de estatal e privado de empresarial. Estamos vendo o surgimento de uma esfera pública não-estatal e de iniciativas privadas com sentido público. Isso enriquece e complexifica a dinâmica social.

O Terceiro Setor, por sua vez, é um campo marcado por uma irreduzível diversidade de atores e formas de organização. Na década de 80, foram as ONGs que, articulando recursos e experiências na base da sociedade, ganharam visibilidade enquanto novos espaços de participação cidadã. Hoje entende-se que o conceito de Terceiro Setor é bem mais abrangente, incluindo o amplo espectro das instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar social, bem como as organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população, como as mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, da cultura e do lazer. Este conceito engloba ainda as múltiplas experiências de trabalho voluntário, pelas quais cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talento para causas sociais. Mais recentemente, tem-se observado o fenômeno crescente da filantropia empresarial, pela qual as empresas concretizam sua responsabilidade e compromisso com a melhoria da comunidade.

É possível que o conceito de Terceiro Setor deva seguir o mesmo percurso histórico que foi trilhado pela noção de Terceiro Mundo. Pode ser que sua diferenciação interna acentue-se de tal forma que, no futuro, essa designação já não sirva como conceito unificador e identificador.”<sup>13</sup>

De fato, a provisoriedade do conceito de Terceiro Setor não se deve somente à sua novidade. Ele é uma proposta de experimentação social, uma tentativa de trabalho conjunto que pretende reunir instituições muito diversas. O sucesso desta experimentação não depende somente destes atores, mas também – e talvez principalmente – da democratização das instituições que regulam a vida social e da redefinição de seus objetivos em prol da equidade e da justiça social, de uma nova proposta de relação do Estado com a sociedade civil.

Quando nos referimos ao Terceiro Setor, trata-se, segundo Andrés Thompson, diretor de programas para América Latina e Caribe da Fundação Kellogg, “de um conjunto mais amplo e heterogêneo, com diversos interesses e agendas, dialético e contraditório, de organizações sem fins lucrativos, de um ‘Terceiro Setor’ que começa a explorar novos diálogos e uma nova cultura de participação cidadã.

13. CARDOSO, Ruth; “Fortalecimento da sociedade civil”. *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo, Ed. Paz e Terra; 1997; p.8.

Portanto não podemos dizer que o papel do ‘Terceiro Setor’ seja este ou aquele. É, em si mesmo, um campo onde se produz um choque de valores e tendências, dinâmico e mutável.”<sup>14</sup>

O Terceiro Setor não só apresenta essa diferenciação interna, como seu próprio lugar na sociedade é disputado por distintas concepções e projetos de organização social e política.

Para o Banco Mundial e outras instituições multilaterais, o Terceiro Setor, tendo à frente as ONGs, possui um importante papel executor de políticas sociais, articulado e complementar à ação do Estado. Na sua avaliação, estas instituições sem fins lucrativos estão mais enraizadas na sociedade e chegam a ter uma capilaridade que o Estado não pode ter: são eficientes, baratas, não desperdiçam recursos com a burocracia, não são corruptas e apresentam resultados muito mais significativos que a ação do Estado. São, portanto, ideais para substituírem ou complementarem a ação dos órgãos públicos na área social. Neste sentido, a expectativa quanto ao seu papel é de se tornarem “neogovernamentais”, isto é, entidades terceirizadas, braços executores de políticas públicas definidas a partir do Estado. James Petras, reconhecido professor da Universidade de Binghamton, Nova Iorque, vai além e diz que estas instituições são um instrumento do neoliberalismo encarregadas de diminuir o perigo de possíveis explosões sociais.<sup>15</sup>

Esse papel que se pretende atribuir primeiramente às ONGs e depois ao Terceiro Setor tem a seu favor todo o peso que possuem as agências multilaterais e os governos que o propõem, mas traz seus limites e contradições. Na América Latina, em países como a Bolívia e o Chile, onde este modelo foi implementado anteriormente, pode-se dizer que a receita matou a galinha dos ovos de ouro. Ao submeter as entidades sem fins lucrativos a uma relação de meros executores de políticas do Estado, estes governos sacrificaram um dos elementos fundamentais que lhes atribuem legitimidade e capacidade efetiva de articular soluções inovadoras em sua atuação no campo das políticas sociais. Sacrificaram sua autonomia, sua independência enquanto organismos criados pela sociedade civil para a defesa e ampliação dos direitos de cidadania.

Um estudo desenvolvido pela Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais aponta um novo elemento para esta discussão que merece um maior aprofundamento. A criação do conceito do Terceiro Setor e sua confusão com o conceito de ONGs trazem para as próprias ONGs um questionamento de sua identidade e objetivos.

“A confusão entre o conceito de organizações-não governamentais orientadas para o desenvolvimento social e o ‘Terceiro Setor’ traz conseqüências não só estatísticas, mas também ideológicas. As ONGs de desenvolvimento social haviam incorporado como parte essencial de sua identidade a busca de alternativas democráticas de desenvolvimento baseadas no conceito de justiça social, o que as diferenciava de outras instituições meramente assistenciais. Nos últimos tempos há uma tendência das ONGs de redefinir seu universo de beneficiários e de ampliar sua aliança com outros setores sociais, o que tem levado muitas ONGs a se abrigarem debaixo da concepção do Terceiro Setor. As ONGs, confundidas com o movimento do Terceiro Setor, vêm perdendo o espaço conquistado nos anos 70 e 80 enquanto expressão dos interesses dos excluídos e marginalizados.”<sup>16</sup>

14. THOMPSON, Andrés ; “Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina”. *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo, Ed. Paz e Terra; 1997; p.45.

15 A referência é extraída do artigo de Andrés Thompson, já citado.

16. LEÓN, Mariano Valderrama de; COSCIO, Luis Pérez (orgs.). *Cambio y fortalecimiento institucional de las Organizaciones No Gubernamentales em América Latina*. Buenos Aires, Ficong/Alop; 1998, p.374.

Pode-se também observar uma outra tendência, a de aprofundamento do compromisso com a construção da cidadania e da democracia que, a partir das ONGs, se irradia para o conjunto do Terceiro Setor. Neste sentido, tem cumprido um papel crucial a existência de redes e fóruns – nacionais e internacionais – em que as ONGs passam a conviver com outros tipos de instituições. Da troca de experiências, do debate, do aprendizado em matéria de negociação, vive-se um processo de amadurecimento democrático nesta convivência, constróem-se esferas públicas não-estatais e uma nova agenda em torno das questões sociais. A percepção deste processo torna-se mais visível na dinâmica das relações nacionais, uma vez que no cenário da globalização neoliberal os movimentos de ampliação democrática ocorrem de baixo para cima, do local para o nacional, do nacional para o global, como assinala Alain Touraine.

No Brasil, a maior expressão até hoje de uma ação de grande impacto gerada pelo Terceiro Setor foi a campanha contra a fome, promovida por Betinho e pelo Ibase. A ela se somaram ONGs, fundações, empresas públicas e privadas, sindicatos, associações, cidadãos. Cerca de 30 milhões de brasileiros contribuíram para a campanha “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, que no seu auge conseguiu organizar 3.000 comitês por todo o Brasil. Os frutos desta campanha foram muitos, mas vale destacar a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e a politização da questão da fome e da miséria. A cultura da solidariedade e a definição concreta de objetivos comuns permitiram uma ampla aliança social liderada pelas ONGs e pelo Terceiro Setor em defesa da cidadania.

### ***Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida***

A campanha da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida” é, seguramente, a ação cívica de solidariedade mais importante ocorrida no Brasil. Hoje ela seria identificada como uma ação do Terceiro Setor.

Liderada por Betinho, do Ibase, essa campanha convocou todos os cidadãos e suas instituições a retirarem-se da apatia e solidarizarem-se ativamente com uma mobilização nacional para acabar com a fome entre os brasileiros.

Estruturada em comitês por todo o país e por muitos considerada uma mobilização anárquica, essa campanha foi proposta por Betinho nos seguintes termos: “vamos sonhar, pensar e praticar a democracia, cada um fazendo a sua parte, tomando a iniciativa, pondo a sua própria capacidade a serviço de todos e, com isso, exercendo o direito e o dever de cidadania”.<sup>17</sup> O primeiro comitê foi organizado no dia 31 de março de 1993. No auge da campanha, esses comitês se contavam aos milhares. Uma pesquisa nacional do Ibope, realizada em julho de 1994, registrou números impressionantes. “64% conheciam a campanha contra a fome, 90% a considerava necessária; 30% já haviam participado ou contribuído para a campanha, de alguma forma, destes 30%, 11% pertenciam a algum comitê”.<sup>18</sup>

Desta mobilização cívica participaram todos os setores, todas as classes sociais, empresas, sindicatos, escolas, associações, igrejas, criaram-se muitos comitês por iniciativa de cida-

17. *Democracia Viva*. Ibase, número 1, novembro de 1997, p. 36.

18. SOARES, Luiz Eduardo. “A campanha contra a fome como experimento radical”. *O impacto social do trabalho das ONGs no Brasil*. São Paulo, Abong; 1998, p.13.

dãos. Os funcionários públicos foram decisivos, como, por exemplo, os funcionários do Banco do Brasil que através de todas as agências do banco irradiavam a campanha pelo Brasil. Formaram-se a Frente Empresarial, a Frente Parlamentar, os meios de comunicação aderiram, assim como os intelectuais e os artistas, as igrejas, os sindicatos, as empresas públicas, as ONGs, os setores populares.

Como a pesquisa indica, a campanha encontrou uma incrível penetração nacional. Cinco milhões de pessoas organizaram-se e atuaram nela. E a pesquisa também revela que a participação foi de todos, ricos e pobres.

Essa campanha, além de distribuir muitas toneladas de alimentos para a população mais empobrecida, provocou uma experiência de solidariedade de âmbito nacional, inscreveu na agenda política do país a sua inconformidade com o estado de pobreza de muitos brasileiros e abriu espaço junto ao poderes públicos para negociar políticas de combate à pobreza. Em nenhum momento a campanha foi contra o Estado, “Betinho compreendia a relação da campanha com o Estado: cooperação, parceria, ligações fortes, mas também independência e, quando necessário, crítica”.<sup>19</sup>

Os resultados da campanha foram muitos. O governo criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e um programa de ação. No âmbito legislativo revigorou-se a noção de que a alimentação é um direito de todo cidadão. As questões da pobreza e da fome se instalaram na agenda da política nacional e na do governo. A cultura da solidariedade ganhou mais força.

A conquista, por parte de movimentos sociais, da criação dos conselhos setoriais de gestão de algumas políticas públicas é outro ponto importante, que tem possibilitado o encontro e a construção de uma visão conjunta, por parte das entidades que deles participam e compõem o Terceiro Setor, no sentido da afirmação de direitos. A convivência no Conselho Nacional de Assistência Social, no Conanda, para ficar nestes dois exemplos, de um importante conjunto de entidades assistenciais com as ONGs e representações sindicais têm contribuído para que as representações da sociedade civil assumam posições em bloco e pressionem o governo federal pela efetivação dos direitos assegurados pela Constituição e que não vêm sendo respeitados.

Evidentemente não se trata de polarizar entre as práticas assistenciais e as de defesa da cidadania, uma vez que a própria campanha contra a fome demonstrou a complementariedade destas iniciativas. É necessário não só atender às necessidades imediatas dos setores mais pauperizados da população, como também estabelecer padrões de atendimento das políticas públicas que garantam a universalização de sua cobertura e a qualidade dos serviços. Desta perspectiva, a democratização das instituições e a abertura à participação cidadã são essenciais para a construção de um novo modelo de atendimento.

O movimento nacional de saúde e os seus conselhos de gestão apontaram o caminho para a construção do SUS, hoje uma política nacional consagrada pelo seu êxito.

O Fórum Nacional de Reforma Urbana é outro exemplo: foi capaz de inscrever na Constituição de 1988 um capítulo até então inexistente – o da política urbana e, mais recentemente, tem acompanhado e dado suporte à formulação do projeto de lei do Estatuto da Cidade, que tramita pelo Congresso Nacional há quase uma década.

19. Idem, *Ibidem*, p.12.

Como se vê, a definição do lugar que ocupa o Terceiro Setor e o papel que deve ter na sociedade têm grande importância do ponto de vista da democratização de nossas instituições e de uma certa Reforma do Estado.

“O que está em causa (...) é a reformulação dos limites entre o público e o privado e com ele a estruturação da esfera pública e da qualidade democrática desta, sobretudo no que respeita às classes médias e aos excluídos e marginalizados que tendem a ser grupos sociais abrangidos pelas ações do terceiro setor.”<sup>20</sup>

Se a questão, em termos estratégicos, está colocada, não está ainda explicitada a dimensão da mudança cultural envolvida neste processo. Castoriadis lembra que sempre foi a vontade dos homens que construiu e modificou leis e que, portanto, a todo momento, a sociedade está questionando a sua institucionalidade e redefinindo seus espaços e suas relações. Como uma parte da sociedade que pressiona por mudanças sociais, o Terceiro Setor também questiona a realidade e busca redefinir seus espaços e suas relações.

A situação de violência, insegurança e deterioração da área central da cidade de São Paulo, por exemplo, levou um conjunto de instituições do Terceiro Setor a tomarem a iniciativa de criarem, juntas, uma associação e mobilizarem a sociedade civil e o Estado para a recuperação da área central de nossa metrópole.

### ***Associação Viva o Centro***

“A Associação Viva o Centro foi criada em 1991 como resultado da tomada de consciência das mais significativas entidades e empresas sediadas ou vinculadas ao centro de São Paulo do seu papel de sujeitos e agentes do desenvolvimento urbano.

A Associação objetiva o desenvolvimento da área central da cidade em seus aspectos urbanísticos, culturais, funcionais, sociais e econômicos, de forma a transformá-la num grande, forte e eficiente centro metropolitano, que contribua eficazmente para o equilíbrio econômico e social da metrópole, para o pleno acesso à cidadania e ao bem-estar por toda a população.

A Associação Viva o Centro defende como princípios que:

- a diversidade funcional e humana é fator decisivo de desenvolvimento e vitalidade da metrópole e de seu centro;
- só a metrópole socialmente justa e politicamente democrática pode ser funcional e competitiva;
- a qualidade do espaço público é um requisito básico para o pleno exercício da cidadania;
- a identidade da metrópole resulta do processo pelo qual os valores do seu patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e econômico são percebidos e apropriados por seus cidadãos;
- o centro metropolitano é o local por excelência onde investimentos públicos e privados

20. SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit; p.10.

devem complementar-se em benefício de um harmônico desenvolvimento urbano, social, cultural e econômico da metrópole.

A Associação Viva o Centro organiza campanhas, eventos, promove seminários, workshops, produz publicações e estimula a organização de profissionais, comerciantes, moradores e usuários de cada rua ou microrregião do centro em núcleos de participação denominados Ações Locais, que têm como objetivo fiscalizar a atuação do poder público, encaminhar sugestões e propostas e montar parcerias visando a implementação de melhorias e soluções rápidas e adequadas para os problemas de cada área.

Entre seus principais mantenedores, estão o Banco de Boston, a Bolsa Mercantil e de Futuros, o Banco Itaú, Unibanco, Caixa Econômica Estadual, Banespa, Banco Santander, Banco Cidade, Eletropaulo, Procter & Gamble.

O Terceiro Setor redefine o cenário da proximidade como o âmbito do associativismo cidadão e afetivo, como o lugar da geração de novas lideranças e sustentação cultural da qualidade democrática. Desenvolve um neocomunitarismo crítico que valoriza a educação cidadã e a geração de habilidades, competências para argumentar e participar em espaços de conversação globais. Reconhece a importância de trabalhar no âmbito da opinião pública desenhando estratégias de intervenção nas agendas políticas. Entende a política como um âmbito de confrontação pacífica e promove o aprendizado em formas não violentas de resolução de conflitos. Cria capacidades de resistência e desobediência civil ante regimes ditatoriais e abre ineditamente aos movimentos sociais pós-marxistas o reconhecimento do valor da tolerância.”<sup>21</sup>

### **A Construção das Parcerias e as Relações do Estado com a Sociedade Civil no Brasil**

O termo parceria indica a disposição de uma ação conjunta entre diferentes, mas não qualifica que ação é esta, que relações se estabelecem e com que objetivos.

A aproximação recente entre distintas entidades sem fins lucrativos para a realização de projetos conjuntos enfrenta um duplo desafio: a construção de relações democráticas e horizontais entre estas instituições e a definição do que estas entidades entendem por interesse público.

Esses desafios são particularmente delicados quando se considera que nestas parcerias estão envolvidas instituições como bancos, grandes empresas, fundações empresariais, centrais sindicais, associações comunitárias e profissionais, ONGs, igrejas, etc. Todas elas com a tradição de expressarem interesses setoriais, muitas vezes corporativos.

O exercício da parceria é um aprendizado democrático em que a riqueza das contribuições de cada instituição está justamente no aporte diferenciado que cada parceiro pode trazer para o projeto conjunto. Neste sentido, o aprendizado democrático vai além de reconhecer que as instituições associadas são diferentes, ele requer o reconhecimento por parte de todos de que justamente porque são diferentes é que se potencializam mutuamente, ele requer o respeito à multiculturalidade, à autonomia e à independência de cada um de seus integrantes.

21. VARGAS, Jorge Osorio. *A deriva de la democracia y el tercer sector: un punto de vista*. Santiago de Chile; 1999; paper, p.6.

Essas relações horizontais e de respeito à autonomia de seus integrantes não são fáceis de conquistar. As tradições de nossa sociedade autoritária, hierárquica e competitiva são um entrave para a democratização das relações sociais, mesmo nos grupos homogêneos. São numerosos os exemplos de fracassos neste sentido. O poder econômico, por exemplo, tem imposto agendas ao trabalho social. O peso político das centrais sindicais tem verticalizado as relações com seus parceiros. Mas, sem dúvida, há um aprendizado que também apresenta seus casos de sucesso e vai promovendo uma mudança cultural, uma democratização das práticas sociais.

Estes casos de sucesso estruturam-se em torno da promoção e da defesa do interesse público, essa denominação vaga e genérica do interesse de todos. Precisamente porque é um conceito histórico, o interesse de todos – o interesse público – é a expressão do pacto social que ocorre em um dado momento, em uma sociedade determinada. O pacto social é resultado, naquele momento, da negociação entre os atores desta sociedade (ou cidade, ou comunidade) quanto ao mínimo denominador comum de cidadania a ser garantido como direitos sociais e de participação.

As entidades do Terceiro Setor, ao introduzirem no espaço público temas como erradicação do trabalho infantil, educação, segurança alimentar e outros e se mobilizarem em campanhas, além de atuarem diretamente alterando realidades sociais socialmente dramáticas, pressionam a opinião pública e o governo, provocando mudanças institucionais e o engajamento do poder público nas suas campanhas.

Neste sentido, vários prêmios instituídos nos últimos anos trouxeram a público importantes experiências recentes do Terceiro Setor que têm elevado o patamar da cidadania. É o caso dos projetos selecionados entre os melhores pelo Prêmio Itaú-Unicef de Educação, pelo Prêmio ECO para a empresa cidadã, promovido pela Câmara Americana de Comércio, pelo Prêmio Gestão Pública e Cidadania, promovido pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford, pelo Prêmio Prefeito Criança, promovido pela Fundação Abrinq.

***Prêmio ECO – Câmara Americana do Comércio – vencedores 1999***

***Prêmio Especial do Júri***

*Sesc-SP – Serviço Social do Comércio*

*Mesa São Paulo – Um Programa de Segurança Alimentar*

O Brasil é, hoje, um dos principais produtores de alimentos do planeta. Entretanto, quantidades expressivas de alimentos não chegam à mesa do consumidor. Entre estes consumidores, uma grande parcela vive situação de fome ou de subnutrição, com as conseqüências que uma alimentação insuficiente pode gerar. A preocupação com a qualidade de vida não pode estar dissociada do uso racional dos recursos do planeta, logo, combater o desperdício torna-se prioridade.

Para combater a fome, a ONU estabeleceu o conceito de segurança alimentar que assegura a todos o acesso a uma alimentação adequada, em quantidade suficiente, todos os dias, garantindo assim uma existência digna. Pensando nisto, o Sesc criou o programa Mesa São Paulo, uma iniciativa de ação social permanente que integra empresas e instituições com o objetivo de diminuir a fome e controlar o descarte de alimentos excedentes.

Entre suas atividades, destaca-se o Colheita Urbana, uma coleta de alimentos na cidade de

São Paulo, em que o Sesc atua como elo entre empresas que queiram doar os alimentos a serem descartados, mas ainda próprios para consumo, e as instituições que realizam programas de promoção humana com a população carente. Retira de onde sobra e entrega onde falta.

Diariamente, profissionais treinados, com veículos especialmente equipados, percorrem as ruas da cidade recolhendo doações feitas por 61 empresas e as entregam a 125 instituições cadastradas pelo programa. O Mesa São Paulo fornece ainda toda a orientação sobre higiene e manipulação de alimentos, hábitos nutricionais saudáveis, conservação e aproveitamento integral dos alimentos, através de treinamentos ministrados por microbiologistas, nutricionistas e culinárias, todos voluntários.

***Prêmio ECO – Câmara Americana do Comércio – vencedores 1999***

***Prêmio Especial do Júri***

*Senac-SP – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
Programa Educação para o Trabalho e Ação de Cidadania*

Para organizar atividades sociocomunitárias que promove e realiza nas 33 regiões do Estado de São Paulo onde está presente, o Senac de São Paulo criou, há três anos, o Programa Senac-SP de Educação e Cidadania, em que estão reunidas campanhas e ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida. A idéia de criação do Programa nasceu da valorização do compromisso de responsabilidade social que o Senac-SP acredita ter em relação às comunidades onde atua, na condição de uma das principais referências nacionais em treinamento e desenvolvimento de pessoas e organizações. Entre as atividades realizadas dentro do Programa, destacam-se as campanhas de sensibilização sobre Diabetes, Câncer de Pele, Visão, Amamentação e Prevenção do Meio Ambiente. Além das ações voltadas para a capacitação profissional de pessoas de baixa renda e para o fortalecimento de organizações que atuam no Terceiro Setor, o Senac-SP iniciou, a partir de agosto de 1999, um amplo esforço de alfabetização de jovens e adultos em todo o Estado de São Paulo. O Programa Educação para o Trabalho Senac-SP, destinado à capacitação de jovens de baixa renda, entre 16 e 21 anos, é uma das suas atividades de educação e cidadania mais destacadas.

***Prêmio ECO – Câmara Americana do Comércio – vencedores 1999***

***Prêmio Especial do Júri***

*Cultura*

*Fundação Acesita para o Desenvolvimento Social  
Cultura e Cidadania ao Alcance de Todos*

A Acesita acredita que todo ser humano é sujeito de sua própria transformação social desde que lhe sejam dadas as oportunidades para alcançá-la. E é isso que a Fundação Acesita procura fazer: contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de sua comunidade. O Centro Cultural da Fundação Acesita é uma cons-

trução da década de 50, antiga Casa de Hóspedes da Empresa. O espaço de 2,5 mil metros quadrados abriga museu, galeria de arte, teatro, sala para cursos e oficinas, *showroom*, jardim e bosque. Desde a sua criação, o Centro Cultural tem sido palco de peças de teatro, espetáculos de música e dança, exposições de pintura, fotografia e escultura. A programação não se restringe a artistas de renome nacional, mas é um espaço garantido para a valorização do trabalho de artistas locais. O trabalho na área cultural tem um inter-relacionamento com outras áreas de atuação da Fundação Acesita, como Educação, Meio Ambiente e Ação Comunitária, através de programas como “Ao Mestre com Carinho”, “Teatro na Escola”, “Coral Infantil”, educação ambiental no Oikós, além de ações na área de cidadania, como o projeto “Andanças” e o “Instituto de Artesãos”, voltados para a terceira idade e os aposentados. O Centro Cultural da Fundação Acesita, destaque neste Prêmio Eco, é muito mais que uma casa de espetáculos. Em uma cidade onde é o primeiro espaço destinado à Cultura, às artes e à preservação da memória histórica, o Centro Cultural tornou-se um novo hábito de vida.

***Prêmio ECO – Câmara Americana do Comércio – vencedores 1999***

***Prêmio Especial do Júri***

*Educação*

*Fundação Roberto Marinho*

*Futura: O Canal do Conhecimento*

Primeiro canal privado totalmente voltado para a educação, o Futura coloca no ar, desde setembro de 1997, a maior aventura de todos os tempos: o conhecimento. Iniciativa pioneira de 15 grupos empresariais envolvidos com projetos educacionais, o canal pretende auxiliar a reverter o difícil quadro do ensino no país, situado pela Unesco como o terceiro pior do mundo. Implantado pela Fundação Roberto Marinho e operado pela Globosat, o Futura apresenta 24 horas ininterruptas de programação dedicada à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. O Futura tem um compromisso constante com a educação e sua missão é “contribuir para a formação educacional da população e possibilitar o acesso ao conhecimento, visando o desenvolvimento das capacidades básicas de iniciativa do cidadão e sua participação social”. Uma proposta do canal é mobilizar toda a sociedade na busca de soluções para os problemas educacionais, além de incentivá-la a utilizar a programação oferecida de acordo com a realidade de cada grupo social. A programação do Futura está disponível para os assinantes de TV a cabo ou por meio de miniparabólicas. Hoje, o sinal do Futura é distribuído gratuitamente para 5.601 instituições cadastradas em todo o Brasil, sendo que 4.646 são escolas. Os programas educativos do canal chegam a creches, sindicatos, igrejas, empresas, hospitais, bibliotecas, penitenciárias e associações comunitárias, beneficiando diretamente mais de 1,7 milhão de pessoas.

Ao incentivar valores como espírito empreendedor, integração comunitária, ética social e respeito ao pluralismo racial e cultural, o Futura vem mostrando, cada dia mais, a cara do Brasil.

**Prêmio ECO – Câmara Americana do Comércio – vencedores 1999**

**Prêmio Especial do Júri**

*Participação Comunitária*

*Mineração Rio do Norte S.A. Programa de Apoio ao  
Desenvolvimento das Comunidades Ribeirinhas*

A história dos beneficiários do Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Comunidades Ribeirinhas da Mineração Rio do Norte (MRN) começou há 200 anos.

Escravos de fazendas das áreas onde hoje se localizam as cidades de Óbidos, Faro, Aveiro, Alenquer, Monte Alegre, Santarém e Oriximiná, região oeste do Estado do Pará, iniciaram um movimento de fuga e refugiaram-se nas cabeceiras de rios encachoeirados, como é o caso do alto do rio Trombetas, afluente do rio Amazonas. Após a abolição da escravatura, essas pessoas foram pouco a pouco descendo o rio, originando as atuais 21 comunidades de remanescentes de quilombos do rio Trombetas.

Estas comunidades caracterizam-se pelo uso coletivo da terra e pelo extrativismo não predatório, cultivam a mandioca que transformam em farinha, sua base alimentar, têm famílias numerosas e estão fora do mercado tradicional de consumo.

Em diagnósticos realizados pela MRN, ficou claro que a alimentação deficiente é um dos itens mais críticos dessas comunidades e, por conseqüência, a anemia, a diarreia e a verminose. Diante dessa realidade, a MRN implantou seu Programa, edificado sobre o tripé: Desenvolvimento Sustentado, Saúde e Educação.

Estas ações estão sendo inicialmente desenvolvidas em duas comunidades para serem “pilotos” e servirem de pólos irradiadores das experiências de sucesso para toda a região, procurando alcançar uma melhor qualidade de vida para essas comunidades, sempre respeitando e aproveitando a cultura das mesmas como processo de alavancagem.

**Prêmio Itaú-Unicef 1999**

*Erradicação Trabalho Infantil Garimpo Bom Futuro*

*Ariquemes (RO)*

*Conselho de Monitoramento para Erradicação do Trabalho Infantil*

Em 1996, a partir do diagnóstico sobre o trabalho infantil no Garimpo Bom Futuro e as condições de vida de suas famílias, efetuado pela Comissão de Combate ao Trabalho Infantil da Delegacia Regional do Trabalho de Rondônia, realizou-se um Seminário sobre Trabalho Infantil, com representantes da Fundação Abrinq, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, da prefeitura local, entre outros.

Nesta oportunidade, firmou-se um Termo de Compromisso de combate ao trabalho infantil no Garimpo Bom Futuro, entre o Governo do Estado de RO, a Delegacia Regional do Trabalho, Sindicatos, ONGs, Cooperativa Garimpeira e Empresa Brasileira de Estanho.

Para acompanhar as ações, foi criado o Conselho de Monitoramento para a Erradicação do Trabalho Infantil.

A receita orçamentária é composta com 40% de recursos federais, 40% da prefeitura municipal e 20% de empresas privadas.

Entendendo que, para alcançar os objetivos propostos, eram necessárias ações mais amplas, o Conselho começou seu trabalho focando esforços nas áreas de saúde e educação. A primeira iniciativa foi criar a Escola Angelo Spadari, que atende 263 alunos entre 7 e 14 anos, em oito horas diárias – com quatro horas em atividades curriculares normais e quatro horas em atividade culturais, esportivas, técnicas agrícolas, horticultura e reforço escolar e três refeições por dia.

Há uma equipe de 11 professores, cinco merendeiras, dois vigias e um coordenador, sendo que alguns moram na escola, cuja construção já previu esta necessidade.

Estes trabalhos têm estimulado parceria e a participação da comunidade, despertando-a para a necessidade de luta na busca de melhoria de suas condições de vida.

### ***Prêmio Itaú-Unicef 1999***

*Escola de Cidadãos*

*Fortaleza (CE)*

*Comunicação e Cultura*

A instituição teve origem em 1987, por solicitação de uma Associação de Moradores do Bairro Mucuripe (Fortaleza), para assessorar uma equipe de jovens que publicariam o jornal da comunidade (Jornal “O farol”). Em 1991, nasceu o Projeto Jornais Comunitários Associados, tendo como propósito facilitar a publicação e a capacitação de editores de jornais de bairro da Região Metropolitana de Fortaleza.

Em 1996, teve início o “Programa Escola de Cidadãos”, do qual o jornal é atividade estruturante. Lançado junto a escolas públicas do Ceará, objetiva promover atividades extraclasse, utilizando os recursos da comunicação alternativa, mobilização social, educação entre pares e protagonismo juvenil. Visa o desenvolvimento de atitudes participativas, transformadoras, o envolvimento com a escola, o exercício dos direitos e da cidadania e o estabelecimento de vínculos entre a escola e a comunidade.

Atualmente há 87 escolas participando em 16 municípios do Ceará. Este trabalho conta ainda com o “Curso de Comunicação e Mobilização Social”, que oferece capacitação intensiva a 280 alunos de Fortaleza e 250 alunos do interior, em oficinas temáticas, aulas de redação, aulas de computação, editoração eletrônica, acompanhamento psicológico, além de atividades de produção de materiais, mobilização social e cinedebate. Há uma equipe qualificada para o trabalho.

O trabalho em parceria com a família, a comunidade e a escola é bastante valorizado e é fundamental para o bom desempenho do programa.

A receita da instituição, em 1998, foi de R\$ 385.377,00.

**Prêmio Itaú-Unicef 1999***Projeto Estatuto do Futuro**Rio de Janeiro (RJ)**Centro de Criação de Imagem Popular – Cecip*

O Cecip, fundado em 1986, realiza ações de educação e comunicação, visando a promoção da cidadania, nas áreas de direitos humanos, educação, saúde, meio ambiente e cultura, para a construção de uma sociedade consciente, ativa e participativa.

Agências internacionais constituem a maior fonte de recursos (75,14%), sendo que as vendas de produtos e serviços (22,10%) e as contribuições individuais (2,76%) complementam a receita anual de R\$ 1.456.114,85.

O “Projeto Estatuto do Futuro”, iniciado em 1997, tem o objetivo de divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, mobilizando escolas, conselhos, órgãos públicos, organizações não-governamentais, instituições comunitárias, entidades de saúde, para uma atuação em rede. Para tanto, produz e distribui kits de material educativo (vídeos e impressos) e capacita profissionais para a sua utilização. Realiza ainda exposições públicas e em escolas por meio da TV Maxambomba e constrói parcerias com a mídia para uma ampla disseminação dos direitos de cidadania de crianças e adolescentes.

A elaboração dos materiais contou com a participação das organizações da sociedade civil e poder público, para o levantamento de conteúdos e linguagens adequadas aos diversos públicos.

Entre 1998 e 1999, o projeto atendeu 66 escolas, 34 conselhos de direitos e tutelares, 40 órgãos públicos, 77 organizações da sociedade civil no Estado do Rio de Janeiro, estimando-se em 40.000 o número total de pessoas beneficiadas pelas ações da equipe (sem contar as exposições dos programas em vídeo).

A equipe é formada por: coordenador geral, coordenador técnico, gerente executivo, consultor em educação e diretor de vídeos, que se encarregam também de ilustrações e/ou textos.

O projeto é referendado pelo Juiz Titular da 1ª Vara da Infância e Juventude.

**Prêmio Itaú-Unicef 1999***Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena Xingu para o Magistério**São Paulo (SP)**Instituto Sócio-Ambiental – ISA*

O Instituto Socioambiental, fundado em 1994, tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos.

A receita foi de R\$ 162.332,62 em 1998, sendo 53,59% de agências internacionais.

O programa desenvolve um processo de formação para o magistério de 50 professores indígenas do Parque Indígena do Xingu, por meio de dois cursos anuais, do acompanha-

mento pedagógico às escolas indígenas no período intermediário entre os cursos e da produção de material didático adaptado à realidade sociocultural do parque.

O principal objetivo é tornar as escolas indígenas um instrumento de diálogo intercultural entre as sociedades indígenas e a sociedade envolvente, assegurando a preservação e revitalização das culturas ali presentes. A formação dos professores indígenas busca abranger temas relacionados à sustentabilidade socioambiental e cultural atual e futura dessas sociedades.

O programa vem sendo considerado um modelo na construção de uma escola indígena diferenciada, que valoriza as línguas e conhecimentos indígenas e, ao mesmo tempo, prepara as comunidades para uma convivência digna com a sociedade envolvente. A proposta curricular foi utilizada como referência pela Coordenação de Apoio às Escolas Indígenas do Ministério da Educação e foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso. Livros didáticos, escritos por professores indígenas, foram publicados pelo MEC, e outros estão sendo elaborados. Referendado pela Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas do MEC.

### ***Prêmio Gestão Pública e Cidadania***

#### ***FGV/Fundação Ford***

*Ações Integradas para o Desenvolvimento Social*

*Timóteo – MG*

*Fundação Acesita para o Desenvolvimento Social*

A Fundação Acesita foi criada em junho de 1994, passando a constituir o braço social da Acesita S.A., empresa que produz aços especiais inoxidáveis, tendo sua usina siderúrgica localizada na cidade de Timóteo, Vale do Aço – MG. Esta é a área prioritária de abrangência das atividades da Fundação, voltada para o desenvolvimento social da comunidade em que se insere.

#### *Objetivos da iniciativa*

“Participar da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, apoiando e gerando programas nas áreas de Educação, Cultura, Ação Comunitária, Saúde e Meio Ambiente, fundamentados nas reais necessidades da comunidade e no respeito à sua cultura.”

#### *Exemplos de sua atuação*

- *Educação*

– Projeto Minha Carteira, Minha Amiga: consiste na reforma de mobiliário escolar (carteiras, cadeiras, mesas de professor), com o envolvimento de pais, alunos e toda a comunidade escolar, objetivando, sobretudo, uma mudança no comportamento do aluno.

Resultados: implantado conforme manifestação do interesse, este projeto já beneficiou 12 escolas, atingindo 10.499 alunos. Encontra-se em andamento em outras escolas.

- Projeto Informática na Escola: prevê a instalação, nas escolas, de microcomputadores e impressoras disponibilizados pela empresa, para uso dos professores e de pessoal técnico-administrativo. Cursos de capacitação são ministrados a uma equipe de multiplicadores, que repassam os conhecimentos a outros colegas.

Resultados: com implantação gradativa, o projeto, iniciado em 1997, já beneficia 16 escolas, sendo que 102 profissionais receberam o treinamento inicial de 40 horas. O repasse está acontecendo conforme a organização de cada escola; há equipes inteiras já treinadas.

- Projeto Capacitação Constante: estimula o autodesenvolvimento permanente dos profissionais que atuam nas escolas, através de reuniões, encontros de multiplicação, seminários, palestras, oficinas, possibilitando aprimoramento da prática pedagógica e intercâmbio de informações, conteúdos e metodologias. Uma abordagem especial do projeto foi a capacitação de toda a equipe escolar para a implantação da Gerência da Qualidade Total na Escola, constando de treinamentos específicos e acompanhamento de consultoria contratada ao longo de dois anos.

Resultados: publicação de material relacionado a “lições aprendidas” pelas equipes escolares (três volumes). Adesão mínima de 95% das escolas a promoções que envolvam capacitação. Maior integração e troca de experiências entre as escolas. Liderança participativa em evidência.

#### • *Ação Comunitária*

- Programa Andanças: voltado para a terceira idade, reúne um conjunto de ações que vão desde práticas alternativas de saúde – caminhadas, hidroginástica, natação, teatro e dança, complementados por seminários, cursos e palestras – até atividades culturais e pedagógicas, que proporcionam aos participantes a oportunidade de desenvolver seu potencial, despertando o senso crítico e o espírito de participação. A formação de agentes multiplicadores da metodologia participativa e práticas solidárias pode ser citada como ponto alto do programa.

Resultados: Participam semanalmente das atividades do programa cerca de 400 pessoas. Os seminários e ciclos de palestra mobilizam cerca de 3.000 pessoas anualmente. Recursos humanos formados no programa exercitam a auto-suficiência nas próprias atividades e em situações de ajuda à comunidade. Como consequência deste programa, está sendo implantado o curso de alfabetização para a terceira idade, envolvendo 39 alunos.

- Programa Vale-Cidadania: financiado pela Fundação Interamericana, compreende uma série de ações de capacitação de pessoal, aperfeiçoamento técnico-gerencial e fortalecimento das relações de cooperação das entidades sociais não-governamentais da região do Vale do Aço.

- Apoio à capacitação produtiva da Acopat – Associação Comunitária de Produtores Agrícolas de Timóteo – uma fábrica de doce de banana localizada na periferia da cidade.
- Instituto de Artesãos: instalado com equipamentos adequados para trabalho em aço inox, o instituto capacita aposentados e outros membros da comunidade para desenvolver diversos produtos. Após o curso, de seis meses, os alunos vislumbram possibilidades de ter seu próprio negócio. Uma cooperativa dá suporte aos artesãos na compra de matéria-prima e comercialização dos produtos.  
Resultados: criação de 14 novas empresas na região, trabalhando o aço inox, gerando, cada uma, em média, sete empregos diretos. Aumento do consumo/região de inox, passando de 5 toneladas/mês para 37 /mês, em julho de 1999.

- *Meio Ambiente*

- Brincando e Aprendendo no Oikós: conjunto de atividades realizadas no Centro de Educação Ambiental Oikós, por ocasião das férias escolares. Durante uma semana, crianças e adolescentes participam de oficinas, visitas monitoradas, têm oportunidade de se manifestar artisticamente, conhecendo os principais problemas ambientais do município e as soluções em desenvolvimento.  
Resultados: realizado nos meses de janeiro e julho, o projeto teve a participação de 400 crianças e/ou adolescentes este ano.
- Salão de Arte e Meio Ambiente: promoção realizada em parceria com o Departamento Cultural, reuniu artistas da região, expondo obras capazes de sensibilizar a comunidade para as questões ambientais.  
Resultados: participação de 76 artistas da região, com o mesmo número de obras. Visitaram a mostra 1.200 pessoas.
- Jornada Ecopedagógica: destinada à capacitação de professores, através de oficinas e outras atividades, possibilitou a difusão de novas técnicas e recursos didáticos para a aplicação da educação ambiental nas escolas.  
Resultados: realizada de 26 a 28/05, a jornada contou com a participação de 167 educadores de escolas do Vale do Aço.

*Parcerias (instituições, natureza)*

- *Educação*

Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação; Prefeitura Municipal de Timóteo/Secretaria Municipal da Educação; Escolas Públicas de Timóteo; Rotary Club de Acesita; Polícia Militar de Minas Gerais; DER-MG.

- *Cultura*

A área recebe apoio do comércio local.

- *Ação Comunitária*

Prefeitura Municipal; Associação dos Aposentados e Pensionistas de Timóteo; Fundação Vovô João Azevedo; Instituto Católico de Minas Gerais. Prefeituras Municipais do Vale do

Aço; Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

• *Meio Ambiente*

Prefeitura Municipal; Instituto Estadual de Florestas.

***Prêmio Gestão Pública e Cidadania FGV/Fundação Ford***

*Programa de Fomento, Articulação e Formação de Trabalhadores  
de Empresas de Autogestão no Brasil*

*São Paulo – SP*

*Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas  
de Autogestão e Participação Acionária*

Trata-se de um programa desenvolvido pela Anteag para responder à demanda de trabalhadores que, para evitar a concretização de uma situação de desemprego, assumem uma postura pró-ativa diante da situação de ameaça de fechamento das fábricas onde trabalham, geralmente em estado pré-falimentar, e passam a geri-las de maneira autogestionária. A Anteag acompanha os trabalhadores desde a fase de diagnóstico econômico-financeiro do negócio, passando pela formação dos trabalhadores, até o desenvolvimento de atividades que possibilitem a articulação das diferentes empresas autogestionárias, para que redes possam se constituir.

A Anteag acompanha atualmente várias empresas, dentre elas:

- Coopervest (Aracaju-SE) – antiga Vila Romana – calças e camisas, 495 trabalhadores (confeção);
- Hidro-phoenix (Votorantim/SP) – macaco hidráulico – 36 trabalhadores (metalúrgica);
- Coopertex (São Paulo-SP) – 91 trabalhadores (têxtil);
- Coopermambrini (Vespasiano-MG) – 40 trabalhadores – carroceria de caminhão (metalúrgica);
- Cooperminas (Criciúma-SC) – 402 trabalhadores (mina de carvão);
- Cooperjeans (Avaré-SP) – jeans – 280 trabalhadores (confeção);
- Frunorte (Assu-RN) – frutas – 784 trabalhadores (agroindústria);
- Coopetex (Moreno-PE) – cobertores – 122 trabalhadores (têxtil);
- Bruscor (Brusque-SC) – cordas e cadarços – 16 trabalhadores (têxtil);
- Navport (Vitória-ES) – manutenção natal e portuária – 80 trabalhadores;
- Unicristal (Indaiol-SC) – adornos de cristal – 40 trabalhadores (vidros);
- Cootenor (Birigui-SP) – malhas (tecidos) – 20 trabalhadores (têxtil);
- Cooparj (Duque de Caxias-RJ) – parafusos – 41 trabalhadores (metalúrgico);
- Cooperara (Araraquara-SP) – meias – 20 trabalhadores (confeção);
- Cooper-Ativa (São Paulo-SP) – bolsas – 20 trabalhadores (artigos de couro);
- Protoconcoop (Mauá-SP) – guias de válvulas – 64 trabalhadores (metalúrgico);
- Coop./Friburguense (Nova Friburgo-RJ) – fechaduras – 473 trabalhadores (metalúrgico);

– Cootrapap (Pato Branco-PR) – camisas e bermudas – 38 trabalhadores (confeção).

#### *Objetivos da iniciativa*

- Contribuir com os trabalhadores para que enfrentem o desemprego e suas conseqüências, antes que ele se instale.
- Produzir com os trabalhadores um modelo de gestão baseado na sua capacidade autônoma de conduzir a “fábrica sem patrão”, através da autogestão, ou seja, uma gestão transparente, democrática, solidária e responsável, tendo como base a inteligência coletiva.
- Possibilitar, aos trabalhadores das empresas de autogestão, o acesso a informações e ferramentas que permitam a eles se instrumentalizarem para fazer de suas empresas um negócio lucrativo. Uma empresa autogestionária busca ser lucrativa enquanto negócio e os trabalhadores decidem coletivamente a destinação de tais recursos, seja no investimento para fortalecimento da empresa, seja no campo social com a distribuição de resultados.

#### *Atividades desenvolvidas/resultados*

- Atividades educativas de duas naturezas:
- qualificação dos trabalhadores para a administração da empresa, através de um curso de dez módulos, cujo nome fantasia é “MBA em autogestão”;
- “bolsas autogestionárias”, destinadas à sensibilização dos trabalhadores para a discussão da empresa no seu conjunto, saindo desta forma de uma visão fragmentada;
- Articulação das empresas autogestionárias, com o objetivo de constituir redes de negócios ou redes solidárias, discutir questões de legislação, etc.
- Estabelecimento de convênios, parcerias, busca de financiamentos.
- Elaboração de material didático destinado aos trabalhadores das empresas.
- Divulgação da autogestão no Brasil, através da participação em encontros, simpósios, seminários, etc.
- Articulação de diferentes atores para a discussão de autogestão e de questões específicas sobre a Anteag, através do seu Conselho Consultivo Nacional.
- Estudos de viabilidade socioeconômica de empresas, demandados pelos trabalhadores interessados na autogestão.

#### *Parcerias (instituições, natureza)*

Ibase; Dieese; Unitrabalho, Coppe/UFRJ, Unesp – Campus de Marília.

#### *Público-alvo*

Profissionais, instituições e trabalhadores interessados na autogestão.

#### *Público beneficiário*

Trabalhadores/empreendedores de empresas autogestionárias associadas à Anteag.

#### *Orçamento (próprio/alavancado)*

A Anteag sobrevive com as seguintes contribuições:

- taxa associativa das empresas cujo valor é definido na Assembléia Geral anual;
- pagamento para a elaboração de projetos (análise, negociações, acompanhamento e implantação);
- desembolso de um percentual na captação de recursos no mercado nacional e internacional para ser aplicado nas empresas;
- pagamento de horas técnicas para a elaboração de projetos específicos;
- contribuição voluntária de entidades públicas ou privadas e de pessoas físicas.

### ***Prêmio Gestão Pública e Cidadania FGV/Fundação Ford***

*Instituição Comunitária de Crédito – Portosol*

*Porto Alegre – RS*

*Prefeitura Municipal de Porto Alegre*

Instituição de crédito voltada para micro e pequenos empreendedores excluídos do mercado financeiro convencional, gerando emprego e renda.

#### *Objetivos da iniciativa*

Conceder crédito para os pequenos e microempresários excluídos do mercado financeiro convencional – sejam eles formais ou informais –, gerar emprego e renda, contribuir para o desenvolvimento econômico local.

#### *Atividades desenvolvidas/resultados*

A Instituição Comunitária de Crédito – Portosol é uma associação civil sem fins lucrativos, que concede empréstimos de valor médio de R\$ 1,5 mil. O fundo inicial para a concessão de créditos foi formado por repasses a fundo perdido, feitos pela prefeitura e por outros parceiros. Agentes de crédito deslocam-se até a sede dos empreendimentos, onde realizam análise da capacidade gerencial e da financeira. Os procedimentos são ágeis, com o mínimo indispensável de exigências burocráticas. Mais da metade dos clientes são mulheres.

#### *Parcerias*

Contribuíram para a constituição inicial do fundo de financiamento: prefeitura de Porto Alegre (R\$ 700 mil); governo do Estado do Rio Grande do Sul (R\$ 350 mil); GTZ – Alemanha (R\$ 350 mil); Fundação Interamericana – EUA (R\$ 225 mil) e mais empréstimos do Sebrae (R\$ 600 mil) e BNDES (1,8 mil). Compõem o conselho administrativo da Portosol: a prefeitura; o governo estadual; a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul – Federasul; a Associação dos Jovens Empresários; um representante do Orçamento Participativo; e três representantes da comunidade.

#### *Público-alvo*

Micro e pequenos empresários, sem acesso às fontes convencionais de financiamento, que tenham no máximo dez empregados e patrimônio inferior a R\$ 50 mil.

*Público beneficiário*

Mais de 5.000 operações de crédito efetuadas durante 1997.

*Orçamento (próprio/alavancado)*

Operação auto-sustentável.

*Destaques (entidade/atividade/metodologia/resultados)*

Autonomia em relação ao poder público; desenho inovador; baixa inadimplência demonstrando auto-sustentabilidade.

Tratando da questão sobre os limites e potencialidades dos trabalhos do Terceiro Setor, de suas relações com órgãos públicos e demais instituições da sociedade civil, merece destaque o trabalho que vem sendo feito pela Fundação Abrinq, hoje amplamente reconhecido e valorizado tanto nacional quanto internacionalmente.

O grande mérito da Fundação Abrinq está justamente em buscar articular empresas, Estado e entidades sem fins lucrativos em torno de um dos temas mais sensíveis para o conjunto da sociedade: a garantia da qualidade de vida para todas as crianças brasileiras.

A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança é uma entidade sem fins lucrativos, de Utilidade Pública Federal, que tem como objetivo básico promover os direitos elementares de cidadania das crianças, trabalhando através de projetos e da articulação da sociedade, especialmente da iniciativa privada.

Criada em 1990 por um grupo de empresários do setor de brinquedos indignados com a situação de injustiça e desigualdade vivida por uma grande parcela da sociedade – e que afeta, principalmente, a população infanto-juvenil do país –, a Fundação Abrinq tem como missão promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania da criança e do adolescente. Sua estratégia é a de articular e mobilizar a sociedade civil e o poder público para transformar a criança e o adolescente em prioridade, além de promover e dar visibilidade a políticas e ações bem-sucedidas que possam ser disseminadas.

A postura da Fundação Abrinq é a de que “dá para resolver”, ou seja, a situação da criança no Brasil é dramática, mas a sociedade tem como e quer reverter este quadro. Diante disso, tem proporcionado intercâmbio entre os que querem participar e os que precisam de ajuda. De um lado, sensibiliza, conscientiza e mobiliza empresários de diferentes setores produtivos. De outro, identifica as necessidades reais e estabelece parcerias com entidades empenhadas, comprovadamente, na melhoria da qualidade de vida das crianças.

Atualmente, beneficia mais de 650 mil crianças e adolescentes, através de seus projetos e programas.

*Programa Crer para Ver*, desenvolvido em parceria com a Natura Cosméticos, foi criado para contribuir na melhoria da qualidade do sistema público de ensino brasileiro, através da mobilização e participação da sociedade civil e do diálogo e articulação com o poder público. O objetivo do programa é incentivar a iniciativa e a criatividade escolar e comunitária para, assim, melhorar as relações de aprendizagem da criança na pré-escola e nas classes de 1<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> série do ensino fundamental na rede pública.

Os projetos aprovados podem receber um financiamento máximo de R\$ 50 mil por ano, que pode representar o custo parcial ou total do projeto. O financiamento é conseguido a partir da ação permanente de captação de recursos promovida pela Natura, através da venda sistemática de produtos, viabilizada pela colaboração voluntária de suas consultoras.

*Projeto Adotei um Sorriso*, iniciativa voluntária da classe odontológica, que objetiva proporcionar saúde bucal às crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, cadastradas em entidades de atendimento. Os dentistas participantes do projeto atendem gratuitamente, em seus consultórios, uma criança ou adolescente até a idade adulta. Em contrapartida, esses profissionais engajados recebem o selo *Adotei um Sorriso*, que pode ser usado em receiptuários e em todo o material de divulgação da clínica, mostrando sua colaboração com a melhoria da qualidade de vida e saúde das crianças do Brasil. O certificado é entregue anualmente em evento realizado pela Fundação Abrinq.

*Programa Empresa Amiga da Criança*, criado em 1995 para estimular a não-utilização do trabalho de crianças e, ao mesmo tempo, incentivar e sugerir formas de ação para contribuir para a formação da infância e juventude. Já contabiliza várias conquistas, dentre elas a mobilização de setores, como o carvoeiro, sucroalcooleiro, cítrico e calçadista, em que são mais graves as condições de trabalho a que crianças são submetidas. Como resultado de uma sensibilização para a questão, muitos acordos já foram firmados pela erradicação do trabalho infantil.

Uma vez credenciada como Empresa Amiga da Criança, ela recebe um diploma e uma autorização para usar o selo *Empresa Amiga da Criança*, que pode ser utilizado na embalagem de seus produtos, material de divulgação e peças publicitárias. Agregado à logomarca da empresa, o selo atesta a contribuição social e não-utilização de trabalho infantil no processo produtivo da empresa.

Em quase quatro anos de existência, o Programa Empresa Amiga da Criança já conta com mais de 1,4 mil empresas diplomadas, de diferentes portes e setores da economia, cujas ações beneficiam cerca de 600 mil crianças e adolescentes em todo o país.

*Projeto Prefeito Criança*, de incentivo e apoio aos administradores públicos para que assumam, em suas gestões, a infância como prioridade municipal. Implantado com o objetivo de causar impacto sobre as políticas públicas de saúde, educação e assistência social voltadas à população infanto-juvenil, o projeto pretende tornar a criança prioridade absoluta das administrações municipais, envolvendo a sociedade na participação e acompanhamento do processo de implementação das ações dos administradores. Já aderiram ao projeto mais de 800 prefeitos.

Os principais parceiros da Fundação Abrinq para a realização do Projeto Prefeito Criança são Unicef, Fundação Ford e The David and Lucile Packard Foundation.<sup>22</sup>

O Prêmio Prefeito Criança, promovido pela Fundação Abrinq, diferencia-se dos demais em dois aspectos: em primeiro lugar porque não premia um projeto, mas o conjunto das iniciativas de uma prefeitura no sentido da afirmação dos direitos das crianças e dos adolescentes; em segundo lugar porque entende que a melhoria da condição das crianças e adolescentes depende da melhoria das condições gerais das políticas públicas.

Por apresentar este perfil, o Prêmio Prefeito Criança oferece para a sociedade ricas informações que permitem mapear o desenho das novas relações entre sociedade civil e

22. Informações retiradas do material institucional de divulgação da Abrinq.

governos locais e o caráter das novas parcerias que se orientam na perspectiva da construção da cidadania.

Para ilustrar o perfil destas novas relações, serão apresentadas, a seguir, algumas experiências registradas entre os inscritos do Estado de São Paulo.

## **Cubatão**

*Democratizar a Gestão das Políticas e dos Serviços de Saúde*

Público-alvo: população em geral.

Situação encontrada: centralização das ações em saúde no Conselho Municipal de Saúde.

O que foi feito: descentralização do processo de reivindicações através da criação, em cada setor, de um Comitê que prevê a participação de um membro da sociedade de melhoramentos de bairros, três membros das unidades básicas de saúde, um membro da sociedade de servir do bairro, e um membro da administração regional. O objetivo do Comitê é o encaminhamento e a resolução dos problemas em saúde da Unidade Setorial.

Resultados obtidos: racionalização das ações, esclarecimento direto aos munícipes das ações executadas na Unidade Setorial, negociação das atividades coletivas em saúde com parceria comunitária.

Parceiros envolvidos: sociedades de melhoramentos de bairros, entidades de servir, grupos organizados, administrações regionais e Prefeitura Municipal de Cubatão.

## **Diadema**

Curso Profissionalizante para Adolescentes

Público-alvo: adolescentes com motivo de ato infracional ou não, residentes em Diadema, cursando ou não o ensino fundamental.

Situação encontrada: grande número de adolescentes envolvidos em práticas de ato infracional, em liberdade assistida, com prestação de serviços, outros internados na Febem, sem perspectiva de futuro.

O que foi feito: cursos de panificação e informática; acompanhamento e orientação dos casos de prestação de serviços.

Resultados obtidos: colocação profissional dos adolescentes que realizaram os cursos (nos casos em que não se conseguiu a colocação os mesmos foram encaminhados para outros cursos). Nenhum dos participantes reincidiu em ato infracional.

Parceiros envolvidos: Obra Social São Francisco Xavier; Fundação Micro Siga; Fundação Florestan Fernandes; Prefeitura Municipal de Diadema – Secretaria de Governo.

## **Itu**

Programa de Suplementação Alimentar – Alimentação Alternativa

Público-alvo: crianças matriculadas nos Centros Infantis (creches) e moradoras nos bairros rurais de Taquaral, Pinheirinho e Apotribu

Situação encontrada: alto índice de crianças com baixo peso e desnutridas; falta de suplementação alimentar na merenda dos Centros Infantis.

O que foi feito: busca ativa das crianças com baixo peso e desnutrição, na zona rural e centros infantis; acompanhamento médico destas crianças; acompanhamento das agentes comunitárias de saúde da zona rural, com orientações, atendimento direto às crianças e ações educativas para a comunidade sobre alimentação alternativa, desnutrição, higiene e outros assuntos pertinentes.

Resultados alcançados: identificação de 243 crianças em condições de baixo peso e desnutrição; acompanhamento de 200 crianças e recuperação de 197, que superaram sua condição de desnutrição. Parceiros envolvidos: Exército; Grupos de Terceira Idade; Beneficiadoras de arroz da cidade; Centros Infantis (Secretaria Municipal de Educação); Casas de agropecuária.

Exemplos como esses, e são muitos, indicam que a sociedade brasileira, através das ações do Terceiro Setor, está atuando em favor de uma reforma do Estado que reoriente a sua ação para a defesa do interesse público, movimento que só é possível com a democratização e a descentralização da gestão pública.

As condições para se negociar um novo pacto social, democrático e inclusivo, vão sendo construídas, ainda que de uma maneira fragmentada e com retrocessos.

Porém, este novo pacto social certamente não se realizará sem passar pelas instituições de representação e de governo, sem que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário se engajem na sua construção. Nesse sentido, o apelo da sociedade civil é para que o Estado retome seu papel regulador das ações do mercado e assuma um projeto redistributivo, moderno, participativo, orientado para a defesa do interesse público, para o desenvolvimento humano e sustentável.

Na verdade é mais que um apelo. Mais do que o Terceiro Setor, são movimentos sociais de muitos tipos que vão pressionando pela reforma do Estado. Estas pressões se dão no cotidiano, nas relações com os distintos órgãos públicos e também no momento das eleições, quando os cidadãos elegem seus prefeitos, vereadores e deputados. Alguns representantes destes movimentos, quando eleitos, passam a comandar vários importantes municípios do país e a participar ativamente, como parlamentares, das políticas municipal, estadual e nacional.

Destes laboratórios de experimentação social que articulam novas relações do Estado com a sociedade civil têm surgido novas políticas e estratégias para a gestão, incorporando decisivamente a participação do cidadão e de suas entidades de representação. O Orçamento Participativo é apenas o seu principal exemplo, hoje adotado por um amplo leque de partidos. Muitas outras formas de participação se desenvolveram e, com todas suas fragilidades, operam decisivamente na busca da transparência das ações de governo, no acompanhamento das contas públicas, na formulação de novas políticas públicas. Percebe-se, nestas relações, que a dinâmica do Terceiro Setor está profundamente entrelaçada com as questões da cidadania e da reforma do Estado, sendo que o sucesso de uma depende do sucesso das outras.

### **Uma Política do Estado de São Paulo para o Terceiro Setor**

A convocação das entidades do Terceiro Setor para desempenharem crescentemente o papel de agentes de desenvolvimento social em suas comunidades, nos municípios e no Estado de

São Paulo, demanda um conjunto de iniciativas do poder público e das entidades da sociedade civil, no sentido da criação de um ambiente institucional favorável ao trabalho autônomo destas instituições e ao estabelecimento de parcerias, seja no âmbito da sociedade civil, seja com órgãos públicos municipais e estaduais.

Cabe ao Estado prover apoios legais, administrativos e financeiros que viabilizem o desenvolvimento e a ampliação dos trabalhos destas instituições, que atuam em prol do interesse público, da ampliação da cidadania e do bem-estar dos cidadãos paulistas, especialmente dos grupos mais pauperizados de nossa população.

Cabe aos cidadãos que se organizam nestas instituições dedicar o melhor de suas capacidades, talentos e recursos para honrar a confiança e o mandato que lhes delegam os cidadãos e instituições que apóiam financeira e politicamente seu trabalho.

Cabe às demais instituições da sociedade civil – da mídia aos setores financeiros – solidarizarem-se e cooperarem ativamente para aumentar a eficácia e o impacto social deste trabalho.

Na perspectiva de contribuir para o fortalecimento do Terceiro Setor no Estado de São Paulo, todas as iniciativas do poder público deverão se orientar para:

- considerar as instituições sem fins lucrativos entidades de interesse e utilidade pública;
- estimular o desenvolvimento autônomo das organizações civis sem fins lucrativos e facilitar as doações de tempo, talento e recursos que lhes permitam potencializar ao máximo suas atividades e projetos;
- estabelecer iniciativas e mecanismos, em base ao princípio de colaboração e mútua responsabilidade, que permitam uma nova relação entre governo e sociedade para poder aproveitar ao máximo o talento e a experiência dos cidadãos e suas instituições no desenho, execução, operação, administração e avaliação de políticas públicas.<sup>23</sup>

### ***Sobre a Construção de Um novo Marco Legal Estadual***

A construção de um novo marco legal para as entidades sem fins lucrativos é uma necessidade reconhecida em todos os níveis pela sociedade brasileira. A legislação existente até este ano, totalmente superada, datava de 1935 e trazia as marcas do clientelismo, do assistencialismo, do desvio de recursos e da corrupção. Em 23 de março de 1999 é aprovada uma nova lei que se propõe a tratar das atividades do Terceiro Setor – a Lei nº 9.790, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

Essa nova legislação, desenhada por iniciativa do Programa Comunidade Solidária e que contou com a participação de importantes instituições representativas do Terceiro Setor, notadamente a Abong – Associação Brasileira de ONGs e o Gife – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, entidade que congrega as principais fundações empresariais atuantes no Brasil, anunciava, em sua fase preparatória, uma nova relação entre o Estado e o Terceiro Setor.

Na exposição de motivos do projeto de lei encaminhado, em julho de 1998, ao Congresso Nacional pelo governo federal, é enunciado que “o fortalecimento do Terceiro Setor, no qual se incluem as entidades da sociedade civil de fins públicos e não-lucrativos, constitui hoje

23. BAVA, Silvio Caccia. “Qual o sentido de uma nova legislação?” *Jornal da Abong*, São Paulo, n.20, agosto 1998.

uma orientação estratégica nacional em virtude da sua capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento social do país”.

A nova lei traz avanços no sentido de restringir o universo das entidades sem fins lucrativos, retirando desta classificação hospitais e instituições de ensino que se orientam pela lógica mercantil. Seu enfoque, com as modificações operadas após as consultas à sociedade civil, põe ênfase em dois aspectos: o primeiro trata do controle público sobre estas instituições, o que “responde às exigências de rigor e transparência que as entidades sérias têm colocado como requisito do caráter público e como forma de se demarcarem da ‘pilantropia’”;<sup>24</sup> e o segundo refere-se à possibilidade delas se constituírem como prestadoras de serviços ao Estado. Para tanto, o governo federal cria a figura jurídica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, propõe um cadastramento destas entidades junto ao Ministério da Justiça e apresenta como instrumento de contratação de serviços um Termo de Parceria, incluso na lei, que dispensa licitações.

No encontro internacional de fundações, promovido pela Fundação José Otão em Porto Alegre, em outubro passado, as informações do Ministério Público eram de que 53 entidades haviam entrado com o pedido para serem cadastradas como OSCIPs, sendo que apenas uma única havia sido aprovada. Na ocasião, representantes do Ministério Público estadual consideraram a lei inconstitucional. Estas informações fazem supor que esta nova lei ainda exigirá aprimoramentos e sua efetivação como instrumento de fortalecimento do Terceiro Setor pode estar comprometida.

Embora considerada um avanço em relação à legislação anterior em vários aspectos, a nova lei federal não traz normas ou instrumentos legais, administrativos e financeiros que impulsionem o desenvolvimento autônomo e a ampliação dos trabalhos destas instituições em prol do interesse público.

De fato, nas rodadas de discussão sobre o tema organizadas pelo Programa Comunidade Solidária, ficaram evidentes as restrições por parte da área econômica quanto a iniciativas que resultassem na destinação de fundos públicos para o financiamento dos trabalhos do Terceiro Setor. A lei não faz referência a qualquer fonte de financiamento público para o Terceiro Setor. Esta situação coloca uma contradição entre os objetivos da lei e as possibilidades de sua efetivação. Vale dizer que, na Alemanha e na França, 60% dos recursos do Terceiro Setor são financiados pelo Estado. Na Suécia o financiamento do Terceiro Setor é 100% público.

Em face desta situação, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo tem a oportunidade de formular um projeto de lei próprio, com a participação das entidades paulistas do Terceiro Setor, depois de um amplo debate com a sociedade civil, com o objetivo de apoiar e fortalecer estas instituições e seus trabalhos sociais cada vez mais necessários diante do acirramento da crise social, da violência e da insegurança que se abatem principalmente sobre as camadas mais pobres da população.

24. Ata da reunião de 23/07/98, promovida em Brasília, com a participação das seguintes entidades: Abong, Inesc, Ágora, Fase, ISPN, Fórum da ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Fundação Esquel.

## ***Sobre o Apoio Material e Financeiro às Instituições e aos Trabalhos do Terceiro Setor***

Já há um consenso internacional, que envolve inclusive agências multilaterais – como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, União Européia, PNUD, Unicef, Unesco – de que é fundamental atuar em prol do fortalecimento das entidades da sociedade civil. Nos últimos anos, várias destas instituições passaram a financiar diretamente projetos do Terceiro Setor, inclusive no Brasil.

Em 1998, criou-se um Fórum Internacional de Desenvolvimento Institucional das ONGs do Sul, com a presença destas agências multilaterais, de fundações privadas e de representantes de ONGs, com a participação da Abong, que tem o propósito de fortalecer e ampliar a capacidade de trabalho destas instituições sem fins lucrativos.

Importantes organismos financeiros do governo federal, como o BNDES, iniciaram o financiamento de projetos do Terceiro Setor. Em vários ministérios existem recursos destinados à contratação de serviços e financiamento de projetos de entidades sem fins lucrativos.

Todos esses elementos vão se somando e compondo um quadro de reconhecimento dos trabalhos do Terceiro Setor que, se encontram correspondência no âmbito dos governos estaduais, carecem ainda de ser potenciados.

Havendo uma concordância quanto aos objetivos das relações do Estado com o Terceiro Setor, é necessário instituir leis e mecanismos que viabilizem estes propósitos. E aqui a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo tem um papel fundamental.

O Estado de São Paulo, malgrado as restrições financeiras decorrentes da crise econômica e da reconcentração da receita pública em âmbito federal, é uma potência econômica e tem condições de avançar no fortalecimento do Terceiro Setor, podendo dar um exemplo de democracia para os demais Estados da Federação, no que diz respeito à promoção da sinergia entre governo e sociedade civil no enfrentamento das questões sociais.

Trata-se de debater, no âmbito do Fórum XXI, que instrumentos e recursos o poder público estadual poderá colocar à disposição do Terceiro Setor. As experiências de outros países podem colaborar nesta definição.

Apenas para dar início à exploração destas possibilidades, enumeram-se as seguintes alternativas:

- fortalecimento dos fundos constitucionais para políticas sociais, como os da Assistência Social e da Criança e do Adolescente;
- criação de um fundo público de financiamento de projetos do Terceiro Setor e de mecanismos de gestão deste fundo por um conselho paritário de representantes do poder público e da sociedade civil, que garantam a transparência e o controle social sobre suas atividades;
- fortalecimento e ampliação dos recursos da Fapesp destinados ao financiamento de projetos de pesquisa, diagnósticos de políticas públicas, sistematização e divulgação de experiências inovadoras de parcerias com o poder público, a serem realizados de maneira autônoma e independente por entidades do Terceiro Setor;
- criação de Centros de Formação e Qualificação dos trabalhos do Terceiro Setor – geridos autonomamente por seus representantes – a serem utilizados para capacitar os técnicos desta área e também como centros de formação para as populações com quem estes técnicos trabalham;

- cessão de próprios públicos desocupados para abrigar as entidades do Terceiro Setor;
- fortalecimento da TV Comunitária e utilização da TV Legislativa pela via do financiamento de suas atividades, através da abertura de espaços em sua programação e disponibilização de profissionais e material técnico para a realização de debates, divulgação de atividades, programas educativos, etc. por entidades do Terceiro Setor.

### ***Sobre a Construção das Parcerias entre o Estado e as Entidades do Terceiro Setor***

O campo das iniciativas que permitem intensificar e qualificar as parcerias entre o Estado e o Terceiro Setor é vasto, mas depende de transformações que envolvem não só o tema Terceiro Setor, mas também Cidadania e Reforma do Estado.

Estes três temas, indissociáveis na perspectiva da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Estado de São Paulo, com muita propriedade estão contemplados na pauta dos trabalhos do Fórum XXI. Eles dizem respeito, no seu conjunto, ao projeto de democratização e de desenvolvimento de nossas instituições e sociedade.

As bases para que se somem esforços entre a sociedade civil e o Estado assentam-se na definição de um novo pacto social orientado para a promoção de um desenvolvimento humano e sustentável. Esse pacto deve estabelecer metas e objetivos concretos a serem atingidos em prazos definidos e com o monitoramento público de sua execução.

A sociedade paulista e o governo do Estado de São Paulo – aí compreendidos os três poderes – possuem uma potencialidade enorme para enfrentar os desafios deste final de século. A democratização de nossa sociedade deve ter como objetivo maior liberar e catalisar estas energias sociais para a conquista de novos patamares de cidadania.

O conceito de cidadania precisa ser ampliado. A construção da cidadania, entendida como um processo contínuo de ampliação de direitos econômicos, sociais e políticos, tem por referência, como ponto de partida, a efetivação dos direitos já consagrados. No seu limite, para além de fazer valer os direitos já instituídos, o exercício da cidadania consiste na capacidade de criação de novos direitos. Mas na conjuntura atual, de desconstrução de direitos, a sociedade organizada assume uma postura de resistência e se orienta pela defesa dos direitos já conquistados.

A Constituição do Estado de São Paulo, em seu Capítulo II, referente ao tema do Desenvolvimento Urbano estabelece, em seu Artigo 180, que o Estado e os Municípios assegurarão:

I – o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes;

II – a participação das respectivas entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, plano, programas e projetos que lhes sejam concernentes;

III – a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente urbano e cultural.

A Constituição do Estado de São Paulo, em seu Capítulo III, referente ao tema da Educação, da Cultura e dos Esportes e Lazer estabelece, em seu Artigo 237, que a Educação tem por fim:

I – a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;

II – o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais da pessoa humana;

III – o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;

IV – o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum.

Para assegurar estes direitos enquanto direitos universais, isto é, que beneficiem todos os cidadãos paulistas, é preciso a somatória dos esforços de toda a sociedade e também do Estado. Mesmo assim, por conta do déficit social acumulado, esta será uma tarefa hercúlea, que demandará muitos anos para se realizar na sua integralidade. Neste sentido, sua conquista será um processo em que gradativamente se elevará o padrão de qualidade na efetivação destes direitos.

A produção de um novo pacto social, isto é, um acordo entre todos os atores da sociedade paulista para a promoção do desenvolvimento social e a realização destas e outras metas definidas na Constituição do Estado de São Paulo, pode ser a base para a construção das parcerias.

Para exemplificar, o Estado de São Paulo, segundo os dados da última pesquisa sobre condições de vida, realizada em 1998 pela Fundação Seade, possui 5,9% de sua população adulta analfabeta. Para erradicar o analfabetismo do Estado de São Paulo, num prazo de três anos, que recursos – humanos e materiais – cada um dos parceiros dessa ação de interesse público pode disponibilizar?

A mesma pesquisa do Seade aponta também uma piora sensível nas condições de moradia da população mais pobre residente na Região Metropolitana de São Paulo. O número de barracos isolados e favelas cresceu cerca de 47% de 1994 para 1998, correspondendo hoje a mais de 9% do total de moradias desta região. Um aumento explosivo e que certamente ocasionará muitos conflitos sociais no futuro próximo. O que podem fazer em conjunto o governo do Estado, as prefeituras da RMSP e o Terceiro Setor? O que cada um pode aportar para equacionar esta questão e promover a realização de um eficiente programa de produção de moradias populares? O que cabe à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo?

Estes exemplos procuram indicar que a questão da formulação do interesse público em torno do qual é possível mobilizar as energias da sociedade, mobilizar o Terceiro Setor, não pode ficar em abstrato. Ela precisa ser materializada em metas, orçamentos, cronogramas, mecanismos de participação cidadã, divisão de responsabilidades, instrumentos de monitoramento e avaliação do que vem sendo realizado.

Para que todo esse processo ganhe corpo, visibilidade pública e seja um efetivo instrumento de transformação social, de melhoria da qualidade de vida da população, é preciso dotá-lo de transparência. O Estado só conseguirá a credibilidade, a adesão das entidades da sociedade civil aos seus projetos e a sustentação política do conjunto da sociedade para reorientar sua ação em defesa do interesse público se instituir um sistema de informações para os cidadãos e mecanismos efetivos de participação que os tornem co-responsáveis pelo planejamento, execução e monitoramento do plano de desenvolvimento.